

DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES: IDÉIAS, PROPOSTAS E ATUAÇÃO**Durmeval Trigueiro Mendes: ideas, proposals and acts*

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro**

RESUMO

O trabalho destaca alguns momentos-chave da atuação do educador, ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, procurando apreender suas idéias e propostas sobre educação e universidade no país, durante os anos de 1956 a 1987. Com base em seus estudos serão examinadas as acepções referentes às categorias: totalidade, qualidade/quantidade, teoria e prática, relação ensino e pesquisa, sempre presentes em seus trabalhos, assinalando o questionamento da compartimentalização do real, quando analisa o sistema educacional brasileiro. Em sua extensa obra, verifica-se a reiteração de alguns temas que considerava relevantes, não para abordá-los de forma linear e repetitiva, mas em busca de um aprofundamento constante. Exame atento de algumas de suas concepções e propostas levam-me a ressaltar a pertinência de suas idéias e reflexões, destacando-se a concepção de universidade como parte de uma realidade concreta, voltada para a formação de especialistas e técnicos altamente qualificados e tendo como exigência integrar ensino-pesquisa; a questão da autonomia universitária; a relação entre saber e poder; a expansão e o acesso ao ensino superior; a relação educação geral e educação técnica e a função da pós-graduação, entre outras. Passadas quase três décadas, parece-me que as reflexões e propostas desse pensador/educador continuam válidas, oferecendo subsídios a novos estudos e pesquisas na área de educação, especialmente no que se refere à questão da universidade, no Brasil. Finalizando, assinalo que a marca profunda de Durmeval Trigueiro Mendes consistia no fato de viver a fundo suas convicções, o que se expressa na vitalidade de suas propostas e na coerência entre pensar e agir.

Palavras-chave: Educação; universidade; concepção de universidade

ABSTRACT

This study highlights some key moments in the acts of this educator throughout his personal and professional trajectory, seeking to grasp his ideas and proposals regarding education and university in the country from the year 1956 to 1987. Based on his studies, the sense of various categories will be examined — the categories of totality, quality/quantity, theory and practice, and the relation between teaching and research, always present in his work, indicating a questioning of the compartmentalizing of reality when analyzing the Brazilian educational system. In his extensive works, one notices the reiteration of some themes that he considered relevant, not to approach them in a linear and repetitive way, but in search of constant deepening. An attentive examination of some of his concepts and proposals leads me to emphasize the pertinence of his ideas and reflections, highlighting the concept of the university as part of a concrete reality for the purpose of educating highly trained specialists and technicians and with the demand of integrating teaching and research; the question of university autonomy; the relationship between knowledge and power; the expansion of and access to higher education; the relationship between general education and technical education; and the function of graduate studies, among other issues. With the passage of three decades, it appears to me that the reflections and proposals of this thinker/educator continue to be valid, offering support to new studies and research in the area of education, especially in respect to the question of the university in Brazil. In conclusion, I indicate that the deepest mark that Durmeval Trigueiro Mendes made consisted in the fact of profoundly living out his convictions, which expresses itself in the vitality of his proposals and in the coherence between thinking and acting.

Keywords: Education, university, concept of the university

* Versão modificada do trabalho apresentado, inicialmente, no VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, realizado de 17 a 20 de abril de 2006, em Uberlândia/MG, sob o título “Durmeval Trigueiro Mendes, idéias e atuação”.

** Professora do Mestrado em Educação/FE/UCP e PROEDS/FE/UFRJ. Contatos: favero@infolink.com.br

1. A trajetória do educador e seu pensamento

A partir da análise da obra do autor procurar-se-á caracterizar seu pensamento filosófico, político e cultural, examinando e refletindo sobre suas idéias e concepções a respeito de educação e universidade, sem perder de vista seu itinerário intelectual voltado sempre para a construção da educação brasileira, como parte de uma realidade concreta. De início, será necessário ressaltar que, em seus estudos e trabalhos, não há uma exposição linear. Em sua obra, verifica-se a recorrência de alguns temas que considera de fundamental relevância, visando aprofundá-los e enriquecê-los com novas reflexões e propostas. Nessa direção, ele próprio se declara portador de duas paixões intelectuais: “a filosofia e a política” (1983, p. 29), considerando que “o ato de pensar é, até certo ponto, um ato de vontade política; para ver é preciso querer acreditar no próprio poder de ver” (Trigueiro Mendes, 1990, p. 41). Por sua vez, identifica a política com o fato político, a mecânica do poder, especialmente do Estado, seus protagonistas e sobretudo o processo político (1983, p. 29).

Partindo dessas premissas, este trabalho situa, inicialmente, alguns momentos-chave da atuação desse educador ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, procurando apreender suas idéias sobre educação e universidade no país, no período que se estende do final dos anos 50, até 1987.

Durmeval nasce a 9 de fevereiro de 1927, em Cuiabá, Mato Grosso, mas logo em abril a família se transfere para João Pessoa/PB, o que será decisivo para que se defina como nordestino. Aos 12 anos, entra no Seminário da Arquidiocese de João Pessoa, no qual fez o curso secundário e o curso superior de Filosofia, concluído em 1946. Deixando o Seminário, para seguir a carreira do magistério, licencia-se em Letras Clássicas, pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1950. Depois, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, recebendo, em 1954, o título de bacharel.

Em 1951, aos 24 anos, inicia sua vida pública, exercendo o cargo de Secretário da Prefeitura Municipal de Campina Grande, no Estado da Paraíba e, no ano seguinte, o de diretor do Departamento de Educação do mesmo Estado. No exercício desses cargos, inicia também sua carreira no magistério, como catedrático de Sociologia da Educação na Faculdade de Filosofia da Paraíba e como professor de História e Filosofia da Educação no Instituto de Educação. Tinha 26 anos, em 1953, quando o governador José Américo de Almeida o convida para dirigir a Secretaria de Educação do Estado. Nessa função, organiza a Universidade da Paraíba (atual UFPB) e, em 1956, ainda como Secretário, é designado como seu primeiro reitor. Ao deixar esses cargos, em 1957, realiza, a convite dos governos da França e da Alemanha, viagem para observar o sistema educacional desses países, aproveitando para visitar também universidades inglesas. A respeito dessa experiência, comenta: “Não fiz cursos no exterior. Aos 29 anos tinha interesses intelectuais cada vez mais nítidos [...]. Em vez de cursos de pós-graduação, entrevistei e conversei sobretudo com filósofos e sociólogos, e assisti a conferências e seminários, tentando articular minhas idéias numa visão mais orgânica” (*idem*, p. 30).

Em 1958, transfere-se para o Rio de Janeiro, atendendo a chamado de Anísio Teixeira, Diretor do INEP, para exercer o cargo de Supervisor da Campanha de Educação Complementar, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), em nível federal. Nesse ano faz seu primeiro contato com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), lecionando Filosofia no Curso de Pedagogia. A partir daí, concentra suas atividades no Rio de Janeiro. Por indicação de Anísio Teixeira ao Ministro Oliveira Britto, é nomeado Diretor do Ensino Superior do MEC, tendo exercido esse cargo de 1961 a 1964, um período bastante conturbado da história do país. Em 1964, pouco antes do golpe militar, é indicado para o CFE – Conselho Federal de Educação, no qual permaneceu por quase seis anos. Nesses cargos, assinala Durmeval: “tentei fazer a

administração política e técnica. Como Diretor do Ensino Superior criei Comissões de Especialistas em diferentes áreas de conhecimento” (*idem, ibidem*).

Durante sua atuação no Conselho, ele próprio observa que, em várias ocasiões, foi voto vencido. Tinha nítida consciência dessa situação, o que fica claro na entrevista concedida à *Revista ANDE*, em 1983, na qual assinala: “Algumas propostas minhas foram descartadas cortesmente”. E complementa:

Aliás, registro, no CFE, dois estilos de pensar rejeitados — civilizadamente — em certos momentos: o de Anísio Teixeira e o meu. Mas, embora entre nós, houvesse focos diferentes do pensamento educacional, convergentes, às vezes, e outras vezes discrepantes, esses focos não eram registrados na clave do Conselho. (idem, p. 32)

Em 1965, assume a cadeira de História do Pensamento Econômico na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, mais tarde, a de Sociologia da Faculdade de Administração e Finanças da mesma Universidade. Em 1968, é transferido da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se professor titular da Faculdade de Educação. Em setembro de 1969, em pleno regime militar, é atingido pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), que o aposenta compulsoriamente de todas as funções públicas. Durante cerca de dez anos, fica afastado de toda e qualquer atividade pública. Somente em 1980, é reintegrado como técnico do Ministério da Educação e professor universitário.

Embora afirmasse que “não sabia precisamente o fato determinante de sua aposentadoria”, tudo leva a crer que teve peso considerável seu posicionamento, no CFE, explicitamente contrário à inserção da disciplina Moral e Cívica, nos três graus de ensino. Segundo Durmeval, “Um aviso do Ministro da Guerra, Costa e Silva, para o Ministro da Educação, propunha que essa disciplina fosse incluída no currículo, e o Ministro enviou ofício ao CFE”; [...] “o Conselho Federal de Educação capitulou frente ao poder, materializado pela presença intimidadora de militares fardados assistindo à sessão plenária [...]. O Presidente procedeu à votação e todos os conselheiros votaram favoravelmente à inserção, no currículo, dessa disciplina. Todos, menos eu” (*idem*, p.32).

Após a aposentadoria compulsória, a partir de 1970, Durmeval começa a trabalhar no Departamento de Educação da PUC-Rio, respondendo pela coordenação da área de Planejamento Educacional no Mestrado em Educação. Como poucos, soube relacionar uma prática de planejamento com sua teorização, marcadas ambas pela política. Para tanto, muito contribuiu a experiência nos cargos que ocupou, o que fica patenteado na abordagem da disciplina Planejamento Educacional nesse Mestrado. Com essas preocupações, defende uma nova concepção de planejamento, entendido como uma dialética entre o poder e o saber, acrescentando: “o ponto crucial do planejamento é a metodologia que não consiste apenas num modo de fazer, ou só num modo de pensar, mas em extrair o primeiro do segundo, assim como este daquele” (Trigueiro Mendes, 2000, p.182). Sua preocupação era formar planejadores, e não simples técnicos; formar profissionais críticos comprometidos com os problemas da realidade concreta.

No ano seguinte, integra a comissão responsável de planejar a criação do Instituto de Estudos Avançados em Educação na Fundação Getúlio Vargas. A partir de proposta de Anísio Teixeira e do trabalho dessa comissão, nasce o IESAE/FGV, no qual passou a atuar como professor pleno e membro do Conselho de Coordenação.

Em 1972, aos 45 anos, Durmeval sofre derrame cerebral seguido de afasia. Pacientemente inicia trabalho de terapia da palavra. Apesar dos problemas de saúde, desde então o essencial da disciplina e da área de concentração de Planejamento Educacional na PUC-Rio foi mantida, com a participação de outros colegas professores. Ainda se recuperando do derrame, em 1973, retoma

as atividades na PUC-Rio e volta a trabalhar também no IESAE/FGV. Analisando a história desse Mestrado, percebe-se que sua atuação foi marcante¹. Em 1972, apresentou proposta de um programa de pesquisa a ser desenvolvido no Mestrado, apoiando-se em três postulados básicos:

a) desenvolver-se em função da política educacional e do progresso das ciências da educação no país; b) compreender, além da pesquisa empírica, a obra do pensamento, caracterizada pela reflexão filosófica em busca das raízes de inteligibilidade da educação, de suas categorias e de seu processo, bem como pelo esforço de síntese. Síntese que significa, no caso, a integração das ciências entre si, e das ciências com a política educacional, devendo contar para isso, com a colaboração de filósofos, cientistas (sobretudo das ciências sociais) e administradores; c) ser analítica e prospectiva, preocupada não apenas com a explicação das estruturas e sistemas em funcionamento, mas também, e sobretudo, com a indicação de outros modos de pensar requeridos pelo desenvolvimento brasileiro. (Trigueiro Mendes, 1972, p. 250)

Para ele, a pesquisa deveria ser o centro das áreas de concentração: Filosofia da Educação, Administração Educacional e Psicologia Educacional. Não significavam três disciplinas, mas três campos bastante abrangentes, cuja integração poderia oferecer uma base para o trabalho interdisciplinar, desde que incorporando, sempre que necessário, a contribuição de pesquisadores de outros institutos da mesma FGV e de fora. Em sua atuação como docente-pesquisador, Durmeval realiza essa concepção de pós-graduação na disciplina Filosofia da Educação Brasileira, sistematizada em meados de 1971, associada ao projeto de pesquisa, sob o mesmo título, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores de várias instituições, no período de 1977 a 1979. Como coordenador desse projeto, procura reunir de forma articulada vertentes e abordagens diferentes da educação brasileira (Trigueiro Mendes, 1983a, 14-15). Os estudos que resultaram desse projeto foram publicados pela Editora Civilização Brasileira, em 1983, no livro *Filosofia da Educação Brasileira*. Atualmente, em sua 6ª edição é considerada obra de referência na área de educação.

Durante dez anos permanece afastado do magistério público, mas não desiste de seu papel como educador — ou, como se autodefinia, “um educador heterodoxo”. Somente a partir de 1980, em consequência da Lei de Anistia, reassume suas funções docentes na UFRJ, passando a atuar mais especificamente na pós-graduação em Educação, particularmente no Curso de Doutorado em Educação Brasileira. Na Faculdade de Educação/UFRJ, elabora e apresenta um projeto integrado de pesquisa sobre “O INEP e a produção intelectual através da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”, que não chegou a ser desenvolvido por não obter o apoio necessário das agências de fomento. Durante o ano de 1987, trabalha no Doutorado em Educação da UFRJ, elaborando um outro projeto de pesquisa sobre “O saber e o poder na cultura e na educação brasileira”, continuando seu trabalho como docente-pesquisador no IESAE, quando no dia 9 de dezembro, morre no Rio de Janeiro, vítima de atropelamento.

Entre as homenagens póstumas, recebeu da UFPB, em junho de 1988, o título de *Doutor Honoris Causa* e o título de *Professor Emérito* da UFRJ, em novembro desse mesmo ano, durante seminário realizado como parte das comemorações do vigésimo aniversário da Faculdade de Educação da UFRJ (1968-1988). Esse seminário teve como tema “O pensamento de Durmeval Trigueiro Mendes”, visando resgatar a memória desse educador, bem como refletir sobre suas idéias e contribuições no campo da educação. Para tanto, contou com a contribuição de docentes-pesquisadores e pós-graduandos dessa Faculdade, assim como professores e pesquisadores de outras instituições do Rio de Janeiro, que tiveram o privilégio de trabalhar com ele.

¹ A esse respeito, ver FÁVERO, Maria de Lourdes de A. O autoritarismo institucional e a extinção do IESAE. *Educação e Sociedade*, v. 24, n.85, p. 1257-1275, dezembro 2003.

Como resultado das comunicações e depoimentos desse seminário foi publicada a coletânea: Durmeval Trigueiro Mendes. *Filosofia e Política da Educação* (Rio de Janeiro: FUJB, 1990).

2. Das idéias e propostas à atuação

Como pensador, professor, pesquisador e homem de ação, Durmeval Trigueiro Mendes sempre procurou fazer do ato de pensar um ato de vontade política construtor da realidade. Enquanto intelectual engajado, desenvolveu e aprofundou temas e questões para os quais convergem suas reflexões. Em seus estudos, para sedimentar a crítica ao sistema educacional brasileiro, utiliza estas categorias dialéticas: totalidade, qualidade/quantidade, teoria e prática, sempre presentes em diversos trabalhos do autor, destacando o questionamento da compartimentalização do real, quando analisa esse sistema.

Entre seus escritos há textos referentes à educação e à universidade que oferecem subsídios para se pensar as instituições educacionais no Brasil, ainda hoje, a partir de sua visão teórica e do testemunho concreto de sua percepção da realidade, que vivenciou com decisão, consciente de suas contradições, sem no entanto perder a esperança. A respeito, são bastante ilustrativos seus estudos “Desenvolvimento, tecnocracia e universidade” (1975a) e “Anotações sobre o pensamento educacional brasileiro” (1987), entre outros. No primeiro, começa sua análise afirmando:

O exame das instituições envolve necessariamente o exame da ação do Estado. A liderança deste tem como uma de suas vantagens decisivas antecipar-se à evolução espontânea das instituições ou das estruturas sociais e sobrepor, ao jogo errático dos fenômenos, uma vontade normativa. Essa liderança, com tais características, surgiu no mundo moderno juntamente com a própria consciência de desenvolvimento — como idéia e como processo — e vem se realizando em cima de contradições que, nos últimos anos, só se tem agravado. (Trigueiro Mendes, 1975a, p.5)

No segundo estudo, Durmeval evidencia sua preocupação em “articular a subjetividade e a objetividade incorporadas no trabalho e na práxis”, acrescentando: “Uma das razões restritivas à análise de alguns estudiosos da educação é que [...] apesar do respeito a eles pela sua contribuição valiosa, é que não integram a escola ao trabalho, a sociedade de classes e o regime político, concretamente no Brasil. Conteúdo, método e compromisso político planam no abstrato (*idem*, 1987, p. 495-496).

Na trajetória desse pensador/educador, suas raízes culturais podem ser identificadas na sua formação em família católica e nos estudos desenvolvidos no Seminário Arquidiocesano de João Pessoa, ancorados no pensamento de Aristóteles e de São Tomás de Aquino. Em entrevista, Durmeval registra essa orientação filosófica do Seminário, mas observa:

*Havia disciplina e estudo sistemático, mas apesar das restrições estipuladas pela direção, eu saí dos trilhos [...] desses cânones, [...] a minha transmutação filosófica teve início na juventude, pela manifestação de algumas categorias: consciência, a relação sujeito/objeto, a historicidade, a alienação e depois a práxis, a totalidade e a vontade política. (*idem*, 1983, p.29)*

Em seus escritos após os anos 50², encontram-se cartas, discursos de paraninfo ou de

² A documentação desse educador encontra-se no seu Arquivo sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES/FE/UF RJ. Este acervo, constituído, atualmente, por 1903 documentos, reflete o itinerário de Durmeval como pensador e educador no exercício do magistério ou de funções públicas exercidas em âmbito estadual e federal. Em termos pessoais, reúne diplomas de formação, do seminário aos cursos superiores, bem como ampla correspondência, expedida e recebida, além de pequeno acervo fotográfico, de trabalhos e estudos produzidos de 1956 a 1987.

transmissão do cargo de reitor da Universidade da Paraíba, onde se verificam referências recorrentes às matrizes do pensamento existencial, como Kierkegaard, Gabriel Marcel, Sartre, Jaspers, ao humanismo social de Mannheim, ao pensamento de Mounier, ou ainda as análises culturalistas de Ortega e Gasset, para citar as principais. As citações bibliográficas desse período e de trabalhos posteriores, especialmente os da maturidade, quando aparecem as referências a Gramsci, deixam perceber a amplitude das leituras de Durmeval, revelando um esforço permanente de atualização, procurando acompanhar o desenvolvimento da reflexão contemporânea e construindo, passo a passo, as bases de sua própria reflexão, de seu pensamento, a partir de sua experiência de professor e administrador (Britto, 1994, p. 3).

Examinando os desdobramentos do pensamento desse educador, sempre articulado com a ação concreta, observa-se que o primeiro desses momentos vai ocorrer em 30 de novembro de 1956, quando transmite ao Ministro José Américo de Almeida o cargo de Reitor da Universidade Estadual da Paraíba. Refletindo então sobre *A Universidade e os problemas atuais*, procura caracterizar o ambiente cultural da Paraíba observando que: “não se entende cultura desligada do contexto social e do quadro de valores vitais em que estamos mergulhados”. E acrescenta, “a nossa cultura não refletia a realidade brasileira para ser autêntica e orgânica” (1988 a, p. 22). Nesse discurso expressa sua compreensão da relação universidade e cultura:

A Universidade é uma síntese de cultura, conciliando as aparentes contradições desta, englobando dialeticamente os opostos em que se extrema o processo cultural; [devendo] aliar o passado e o presente, o particular e o geral, o especulativo e o prático, a rotina e a criação, o aristocrático e o popular, o individual e o social; tem de constituir-se sobre uma unidade plástica e coerente, uma visão geral e harmônica, uma filosofia”.(idem, p. 27)

Quanto à concepção de política e planejamento educacional, suas principais contribuições foram elaboradas especialmente no período de 1966 a 1972, a partir de estudos e pareceres no CFE — Conselho Federal de Educação, de sua atuação no CEOSE — Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Ensino e de sua atuação nos Mestrados em Educação. Estão reunidos, de modo especial, no livro *Toward a Theory of Educational Planning: the Brazilian case*, publicado pela Universidade de Michigan, em 1972 e editado em 2000 pela EdUERJ, com o título *Planejamento Educacional no Brasil*. Apesar de escrito há mais de três décadas, esse livro contém a melhor abordagem sobre o planejamento educacional brasileiro escrita até os dias atuais (Fávero, 2000, p. 11).

No que tange à relação *teoria/prática*, é no Mestrado em Educação da PUC-Rio que ele procura, de forma inovadora, torná-la uma práxis real, através do estágio exigido dos mestrandos da área de Planejamento Educacional. “Considerando o planejamento um processo dialético entre poder e saber”, tinha a percepção objetiva de que era, “numa instância privilegiada do poder”, que seria viável conhecer, por dentro, esse poder e, nele, exercitar o saber crítico próprio de um curso acadêmico. “Este se completava, por sua vez, na prática concreta de elaborar diagnósticos, redigir planos, prever os mecanismos de sua implementação, assim como os instrumentos de controle e avaliação” (Fávero, 1990a, p. 67-68).

Quanto à concepção de *ensino e pesquisa*, entre seus estudos que tratam dessa questão, merece especial destaque o artigo “Pesquisa e Ensino no Mestrado em Educação”, que contém a proposta inicial de um programa de pesquisa a ser desenvolvido por ele no IESAE/FGV. Sua proposta abrange três aspectos: “a filosofia, a estratégia e a articulação com o ensino” (Trigueiro Mendes, 1972, p. 250). Nesse estudo, defende também a necessidade de “substituir uma administração burocrática da educação, por uma educação técnica”, assim como ao invés de um ensino alienado, procurar oferecer “um ensino capaz de produzir uma visão criadora da educação” (*idem*,

p. 249). Por essas razões, segundo ele, a pesquisa constitui-se a substância da pós-graduação. Tal concepção desenvolvida por Trigueiro Mendes é explicitada de forma clara, sobretudo nas atividades ligadas à Filosofia da Educação Brasileira, realizadas por ele nesse Instituto, ao longo de quase quinze anos de magistério na disciplina que tinha a mesma denominação.

Lendo os escritos de Durmeval e pensando sua prática como educador, distingo, antes de tudo, um filósofo dedicado em diferentes momentos de sua vida, às tarefas práticas da educação, quando nelas intervém como educador e trabalhador do ensino, procurando integrar suas idéias a respeito da educação e da universidade brasileira, num discurso articulado e operante. O melhor de seus esforços foi canalizado para o mundo acadêmico, a universidade e, em especial, para programas de pós-graduação, atuando como professor, pesquisador e mestre de mestres. Daí, constituir-se em referência que deveria estar sempre presente, quando se pensa a universidade hoje. Para essa inferência, apoio-me na percepção de que será difícil pensar a universidade no país, sem passar pelas questões da autonomia e do poder e sem nos remetermos a outra questão essencial, objeto de muitas de suas reflexões: a pesquisa universitária e seu significado de busca de um novo *cogito* — instaurador” (1975a, p. 16).

Evitando os reducionismos, optei por trabalhar algumas dessas questões recorrentes em seus estudos:

Quanto à concepção de universidade, observo que, em 1956, ao assumir a Reitoria da Universidade da Paraíba, Durmeval já apresentava uma concepção de universidade, depois retomada por ele em outros momentos. Dez anos mais tarde, ao escrever os Subsídios para o Plano de Reforma da Universidade Federal da Bahia, de forma mais completa, delinea sua concepção de universidade: “[...] uma instituição de ensino e pesquisa, destinada a promover, em alto nível, a ciência, a cultura e a tecnologia, a serviço do homem e do meio” (1966, p. 1). Esta concepção permite mergulhar um pouco mais fundo e afirmar que a universidade, para ele, deverá compreender, por um lado, todo o universo como objeto do conhecimento; por outro, todas as perspectivas de saber que o pluralismo das doutrinas contém. Assim, para ser “universal na compreensão da totalidade”, a universidade “deverá tornar-se universal pela reunião de todas as perspectivas. Deve ser sobretudo pluralista, evitando cair no facciosismo” (idem, p.18 e 21). Na ótica desse pensador/educador, a universidade precisa ser entendida “como uma instituição capaz de produzir um estilo diferenciado de reflexão” e “concorrer para formar um estilo realmente universal e aberto de cultura” [...], não se opondo à técnica, mas a absorvendo, ultrapassando-a e, por isso, sendo capaz de reconstituir a historicidade de nova cultura (1983a, p.114). Nessa linha, a universidade brasileira deverá ter um papel: servir de consciência crítica e projetiva, contrapondo-se à alienação (idem, p.93). Refletindo sobre o papel da universidade, destaca um aspecto às vezes esquecido por aqueles que nela trabalham: o de ministrar cultura geral. Para Durmeval, este é um papel que a universidade não pode prescindir, por ser a uma instituição dotada de condições para exercê-lo.

Como a cultura geral não se consubstancia em matéria nem em currículo específico, mas resulta da combinação dinâmica de muitos fatores dispersos dentro e fora da universidade, o instrumental de que se deve servir terá de ser diferente dos outros, e muito difícil de ser delineado e manejado. (1967a., p. 233)

Ao analisar esse papel tão peculiar à universidade, Trigueiro Mendes trabalha a terceira função da universidade: *a de extensão*, entendida na perspectiva de *extensão cultural*. Para o cumprimento dessa função, defende a criação de um órgão universitário, cujo objetivo é o de alimentar e complementar seus cursos através de métodos bem mais fluentes do que os permitidos pela estrutura curricular convencional. Esse trabalho não tem limites precisos; para poder conquistar todas as áreas deverá ser realizado numa via de mão dupla: ao mesmo tempo que a universidade vai à sociedade, propiciando-lhe o melhor de seu trabalho, esta vem à universidade, contribuindo no sentido de realimentá-la.

Tal preocupação está em íntima relação com os objetivos centrais da universidade definidos por esse filósofo/educador: a formação da cultura geral e integração na cultura brasileira. Onde, um serviço de extensão, visto sob essa perspectiva, não pode “ter um programa rígido, insuscetível de refletir a mobilidade cultural do meio universitário e a fluidez de suas motivações, nem diluir-se na dispersão e no promocionalismo assistemático”, complementando: “a maioria dos serviços culturais — e aqui acrescentamos os de extensão — em nossas universidades se assemelham a serviços de propaganda ou de relações públicas, por lhes faltar a verdadeira perspectiva de sua missão” (Trigueiro Mendes, s/d., p. 7). Diante dessa advertência, cabe indagar: na atualidade, como será vista e programada a extensão nas instituições universitárias?

No que tange à relação *qualidade e quantidade* na educação superior brasileira, seus escritos deixam, também, muito claro não ser possível pensar dialeticamente essas duas categorias sem se ter um projeto político pedagógico articulado eficazmente para as instituições universitárias; sem ter clareza quanto as reais necessidades do país, verificando-se então em que medida essas instituições poderão ser multiplicadas. O modelo escolhido deverá ser pensado, não de forma estática, mas através de integrações efetivas com as exigências sociais, políticas e culturais da realidade brasileira, as quais se constituem, elas mesmas, em variáveis do modelo. Por se tratar de uma mudança qualitativa, as tendências vegetativas que têm impulsionado o crescimento do ensino superior no Brasil precisam ser repensadas e substituídas por um novo sistema baseado em diretrizes articuladas a um projeto de desenvolvimento. Para Durmeval Trigueiro Mendes, o planejamento da expansão das instituições de ensino deve ser entendido como um processo pelo qual a qualidade se transforma em quantidade e vice-versa. Em suma, para ele, o problema qualidade-quantidade se coloca no centro do debate educacional. Essas colocações parecem válidas e de plena atualidade (Trigueiro Mendes, 1968).

Durmeval não ignora a dificuldade prática de conciliar, satisfatoriamente, a qualidade e a quantidade na fase de crescimento em que se encontravam as instituições de ensino. Contudo, mesmo observando ser a baixa da qualidade algo recorrente, reconhece também poderem os riscos ser em parte neutralizados se as elites dirigentes não se deixarem envolver por uma euforia expansionista e tomarem consciência do que tal atitude pode significar enquanto empreendimento.

No que se refere à *expansão e ao acesso ao ensino superior*, para ele se constituem “parte de uma política por inteiro”, conforme expressão sua reiterada. A propósito observa:

A expansão do ensino superior não pode deixar de ser considerada juntamente com a dos demais níveis de ensino. Sua importância decorre [...] de seu efeito multiplicativo, isto é, de sua capacidade de habilitar para o preenchimento de funções estratégicas cujo nível e número só podem ser estabelecidos de acordo com as condições especiais de cada sociedade. (2000, p.130)

Um ano antes de ser aposentado compulsoriamente de suas funções pelo regime militar, durante o 3º *Seminário sobre Assuntos Universitários*, realizado em agosto de 1968, no Rio de Janeiro, pelo Conselho Federal de Educação, como relator do tema “*A Expansão do Ensino Superior no Brasil*”, inicia seu pronunciamento alertando:

Entendemos que a expansão do ensino superior é um empreendimento, e não uma festa. Alguns a querem, dispostos a lutar por ela; muitos outros a querem, mas não a empreendem — limitando-se ao registro no cartório e ao ritual das inaugurações. Não pretendem, os primeiros impor o ritmo lento em lugar do acelerado que o desenvolvimento reclama; mas o ritmo que desejam é denso, apesar de rápido, enquanto o outro só depressa é constituído. A pressa constrói uma nação quando os empreendedores estão dispostos a pagar o juro de seu redobrado esforço pelas etapas queimadas; isto é, quando tudo que se faz normalmente em longo prazo se condensa, pelo zelo múltiplo, em um curto período. Ora, o que se tem pretendido no Brasil [...] é fazer

pouco esforço e, no entanto, muitas escolas. Apenas com atos formais e cartoriais, autorizações, nomeações e efetivações etc. A rapidez, nesse caso, significa leveza, insubstantividade e deformação (1968, p.26).

Faz sérias ressalvas à forma como a “expansão do ensino superior se processava através de expedientes aumentativos que não tinham qualquer repercussão nas estruturas de base” (*idem*, p. 28). Esse problema persiste até hoje e a expansão tem ocorrido muitas vezes de forma distorcida, marcada pela ausência de planejamento.

Em relação à autonomia universitária, Durmeval a reconhece como inerente ao governo da universidade:

[...] cujo sujeito é a própria instituição, estendendo-se a todos os níveis de gestão universitária, não constituindo monopólio de nenhum deles, particularmente dos que se encontram na cúpula. Cada instância goza de autonomia relativa, no sentido de autogoverno: as faculdades, os institutos, os departamentos. A subordinação de cada um à instância superior não a vincula ao arbítrio dos dirigentes desta, mas a uma vontade comum, expressa numa política a que todos se subordinem, inclusive os órgãos mais altos do poder universitário. (Trigueiro Mendes, 1967, p. 69)

Distingue na *autonomia universitária*, “uma prerrogativa da universidade, decorrente de suas características próprias, pelas quais tal privilégio é atribuído à instituição como um todo. A partir daí, impõe-se que o governo da universidade traduza uma concepção ministerial do poder, que é a antítese da vontade de poder” (Trigueiro Mendes, 1967, p. 88). Dessa forma, deverá subordinar-se a dois princípios: o da gestão acadêmica, pelo qual as instâncias de poder, nos assuntos científicos, serão providas por delegação do corpo acadêmico e segundo pelas necessidades do ensino e da pesquisa (*idem, ibidem*).

Examinando essa concepção, percebe-se que Durmeval defende a consolidação de uma efetiva autonomia e de uma democracia na universidade, apoiadas no pressuposto de que uma instituição universitária apresenta sempre diversos graus de poder, configurando o sistema político como uma pirâmide. Mas, para que a universidade seja de fato democratizada, a seu ver, o poder deve fluir da base ao vértice. A defesa da universidade autônoma e democrática passa pelo princípio da gestão democrática em todos os níveis e instâncias — reitoria, centros, faculdades, escolas, institutos, departamentos etc.

Os textos desse educador sobre universidade deixam perceber que, de modo geral, contém questões não apenas recorrentes, mas polarizadas de outras discussões referentes às instituições universitárias. A título de ilustração, lembro algumas: as relações Universidade/Estado e Universidade/Sociedade; a gestão e participação na Universidade; a construção de uma universidade crítica e aberta em contraposição ao “facciosismo” existente; o desvio tecnocrático e o comportamentalismo, em que se procura opor, dentro da universidade, “a idéia de eficiência — conceito ambíguo — à de participação” e procura-se esvaziar o desenvolvimento — consciência e processo — de sua substância política, substituindo-se a razão política, pela razão técnica (Trigueiro Mendes, 1975a).

Em suma, creio ser difícil pensar a questão da universidade, ontem e hoje, no Brasil, sem passar pelas questões da autonomia e do poder e sem nos remetermos a outra questão essencial, objeto das reflexões de Durmeval Trigueiro: o da *pesquisa universitária* e seu significado de “busca de um novo *cogito*: instaurador” (*idem*, p. 16).

3. A título de conclusão

Parece-me oportuno enfatizar que a marca profunda de Durmeval Trigueiro Mendes consistia no fato de viver a fundo suas convicções, o que se expressa na coerência de suas propostas e numa grande autenticidade entre o pensar e o agir. Daí, ter desfrutado do poder sem se deixar levar pelos seus atrativos, permitindo que sua experiência nos cargos e funções públicas e privadas por ele exercidas converteu-o num crítico consistente do sistema educacional no país.

Análise atenta de suas idéias e propostas, leva-me a ressaltar a atualidade de suas reflexões, em especial: a utilização das categorias de totalidade, qualidade/quantidade, saber e poder, teoria e prática etc, vistas numa perspectiva dialética, quando analisa o sistema educacional; a concepção de política e planejamento educacional, procurando integrar a prática de planejamento a sua teorização; a concepção de universidade como parte de uma realidade concreta voltada para a formação de técnicos e especialistas altamente qualificados e tendo como exigências articular ensino-pesquisa; a atuação na comunidade através da prestação de serviços específicos ou de atividades de extensão, constituindo-se uma comunidade de professores, estudantes e técnicos; a visão de currículo como “a opção de um sujeito histórico, de pessoas e instituições que, refletindo idéias e aspirações de seu tempo e de seu grupo, manifestam preferência acadêmica por determinadas formas de educação” (Trigueiro Mendes, 1972, p. 250); a relação educação geral e educação técnica, entendendo que a educação geral não se reduz à *sobra* de todas as técnicas, mas ao que nelas expressa criadoramente sua virtualidade (Trigueiro Mendes, 1974a, p. 11); a relação entre saber e poder e a questão da universidade; a questão da autonomia universitária e do governo da universidade e, por último, a idéia, segundo a qual a educação é um processo que implica existência assumida, imaginação transformadora, nível experiencial como integração entre o objetivo e o subjetivo, assim como a dialética entre o agir e o fazer.

Em síntese, a experiência pessoal e profissional de Durmeval foi e é um testemunho concreto dessa percepção dialética da realidade educacional brasileira, que ele vivenciou com decisão, sem perder jamais a esperança. Citando Heráclito, assinala: “a guerra é o pai de todas as coisas”. Sua experiência pessoal era um testemunho concreto dessa percepção. Como professor, pesquisador e administrador, soube transformar o ato de pensar em ato de vontade política que deveria interferir na realidade. Como intelectual engajado desenvolveu e aprofundou temas para os quais convergem reflexões e que oferecem subsídios para se pensar a educação até os dias atuais.

Referências bibliográficas

BRITTO, Jader de Medeiros. *Visão de cultura no pensamento de Durmeval Trigueiro: Anotações*. Rio de Janeiro: PROEDES. Série Estudos, 08, 1994 (mimeo).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Durmeval Trigueiro e a questão da universidade. In: *Durmeval Trigueiro Mendes. Filosofia Política da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB, 1990, p. 43-56.

———. Durmeval Trigueiro e seu pensamento prospectivo. In: GARCIA, Walter E. *Educadores Brasileiros do Século XX*. Brasília: Plano, 2002, p. 93-111.

———. O autoritarismo institucional e a extinção do IESAE. *Educação e Sociedade*, v. 24, n. 85, p. 1257-1275, 2003.

FÁVERO, Osmar. Concepção de política e planejamento educacional. In: *Durmeval Trigueiro Mendes. Filosofia Política da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação José Bonifácio, 1990 a, p. 57-69.

———. Apresentação do livro: Durmeval Trigueiro Mendes. *O Planejamento Educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 7-16.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. *Subsídios para o Plano de Reforma da Universidade Federal da Bahia*. 1966 (mimeo).

———. O Governo da Universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 105, p. 68-90, jan./mar. 1967.

———. Expansão do Ensino Superior, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 48, n.108, p. 209-234, out./dez. 1967a.

———. Expansão do Ensino Superior no Brasil. *Documenta*. Rio de Janeiro, n. 91, p. 26-66, set. 1968.

———. Pesquisa e Ensino no Mestrado em Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 128, p. 249-264, out./dez. 1972.

———. *Toward a theory of educational planning: the Brazilian case*. Michigan State University, 1972a.

———. Filosofia da Educação Fundamental e Média. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 48, n. 2, p. 5-12, mar. 1974.

———. Fenomenologia do Processo Educativo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 60, n. 134, p. 140-185, abr./jun. 1974 a.

———. Para um balanço da educação brasileira. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, ano 69, n. 2, p. 5-12, mar. 1975.

———. Desenvolvimento, Tecnocracia e Universidade. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, ano 69, n. 6, p. 5-18, ago. 1975a.

———. Depoimento concedido à *Revista ANDE*, São Paulo, n. 6, p. 29-35, 1983.

———. *Filosofia da Educação Brasileira* (org.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983a.

———. Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 68, n. 160, p. 493-506, set./dez. 1987.

———. Subsídios para a Concepção do Educador. In: *Durmeval Trigueiro. Concepção do Educador e da Universidade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1988, p. 9-20.

———. Universidade e seus problemas atuais In: *Durmeval Trigueiro. Concepção do Educador e da Universidade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1988 a, p. 21-40.

———. Seminário: O Pensamento de Durmeval Trigueiro. In: *Durmeval Trigueiro Mendes. Filosofia e Política da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB, 1990, p. 41-42.

———. *O Planejamento Educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

———. *Subsídios para uma reforma universitária no Brasil*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, s.d. (mimeo).